



PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
Seção de Suporte Administrativo e Operacional - SSJ de Ponte Nova
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PONTE NOVA

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA - DOD 0916932

[Resolução Presi 4/2021](#) (12234632)

(Guia de suporte ao preenchimento do DOD: [12964067](#))

1. Unidade requisitante (inc. III)

Subseção Judiciária de Ponte Nova/SESAP PNV

2. Descrição sucinta da demanda (inc. II)

Contratação de empresa especializada em instalação de insulfilm em janelas e vidros, diante um material de alta qualidade, com garantia de desempenho e durabilidade.

3. Alinhamento da demanda com diretrizes e metas institucionais (inc. IV)

A) Macrodesafio: Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária/Macrodesafios específicos: Fortalecimento da segurança e proteção institucional; C) ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes;

4. Justificativa expressa para a contratação (inc. V)

A contratação é urgente e necessária em razão da mudança para a nova sede da Subseção Judiciária de Ponte Nova, onde as janelas e vidros não possuem qualquer tipo de proteção contra a radiação solar intensa. A instalação de insulfilm é essencial para o conforto térmico e para a preservação dos ambientes, reduzindo o desgaste de móveis e equipamentos expostos ao sol. Além disso, contribui para a eficiência energética do local, atendendo à NR-17, e proporcionando melhores condições de trabalho para servidores e atendimento ao público.

5. Código de item (inc. I)

6. Quantidade total estimada da contratação (inc. VI)

7. Valor unitário e total estimado da contratação (inc. VII)

Obs.: os dados correspondentes aos tópicos 5, 6 e 7 devem ser informados conjuntamente.

Descrição: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação de insulfilm em janelas e vidros, incluindo o fornecimento de material de alta qualidade para a Justiça Federal – Subseção Judiciária de Ponte Nova/MG, situada na Rua Dr. Antônio Gonçalves Lanna, nº 119, Guarapiranga, Ponte Nova - MG/ Código: 5584 / Quantidade: 150 m² / Valor médio unitário: R\$68,63 / Valor Médio Total: **R\$10.295,00.**

8. Vinculação ou dependência, se houver, com a contratação de outro item para sua execução* (inc. VIII)

Não há vinculação ou dependência com outra contratação.

9. Data-limite para entrega dos bens ou início da prestação dos serviços* (inc. IX)

20 dias corridos para entrega e instalação.
10. Prazo previsto para a execução* (inc. X)
20 dias corridos para entrega e instalação.
11. Indicar se o objeto é passível de contratação por meio de compra compartilhada* (inc. XI)
Não.
12. Forma prevista para a contratação* (inc. XII)
Dispensa de Licitação - Lei 14.133/2021, art. 75, inciso I.
13. Grau de prioridade da contratação (inc. XIII)
2.
14. Critérios de sustentabilidade* (inc. XIV)
<p>A Contratada deverá obedecer aos seguintes requisitos dispostos no Manual de Sustentabilidade das Compras e Contratos do Conselho da Justiça Federal (CJF):</p> <ul style="list-style-type: none"> - ABNT NBR 9050:2015 – Estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade; - Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência); - Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 2, de 4 de junho de 2014 – Dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebam retrofit. - IN SLTI/MPOG n. 1, de 19 de janeiro 2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências; - Resolução CONAMA n. 469, de 29 de julho de 2015 – Altera a Resolução CONAMA n. 307, de 5 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil; <p>Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010. - Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 (Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.)
15. Riscos da não contratação (inc. XV)
Riscos de descumprimento das legislações relacionadas, prejuízo ao erário e à segurança dos usuários.
<i>*Os DODs relativos a pedidos de prorrogação ou renovação de contratos contínuos vigentes dispensam as informações dos tópicos 8, 9, 10, 11, 12 e 14.</i>



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Fuertes Cabral, Supervisor(a) de Seção I**, em 09/12/2024, às 16:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador

0916932 e o código CRC **E00D1781**.

Rua Doutor Antônio Gonçalves Lanna, 119 - Bairro Guarapiranga - CEP 35430-208 - Ponte Nova - MG
0011525-86.2024.4.06.8001

0916932v5